

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Educação Superior em debate.

Ana Lúcia de Sousa, Mariana Lima da Silva. y Stone Bruno Coelho Barbosa.

Cita:

Ana Lúcia de Sousa, Mariana Lima da Silva. y Stone Bruno Coelho Barbosa (2009). *Educação Superior em debate. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1974>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Educação Superior em debate

Ana Lúcia de Sousa¹

Mariana Lima da Silva²

Stone Bruno Coelho Barbosa³

O objetivo deste trabalho é discutir a expansão do Ensino superior no Brasil e na Venezuela, no início do século XXI, com base na análise dos programas desenvolvidos e na normatização jurídica que lhe é correspondente. Parte-se da compreensão de que a legislação educacional resultante dos embates políticos e ideológicos verificados no processo de elaboração, bem como os programas implementados, traduzem um tipo particular de política educativa, que guarda estreita articulação com a legitimação de uma determinada ordem e regulação social. Com esta perspectiva, os programas analisados são: REUNI, PROUNI e UAB no Brasil, e MISSÃO SUCRE na Venezuela.

Tal estudo envolve uma articulação com a ideologia da globalização, termo que pretende naturalizar o processo social-político de mundialização do capital. Nos termos dessa ideologia, a elevada movimentação de capital e o crescente intercâmbio mundial estariam constituindo uma ordem econômica e uma sociedade de padrão cultural global, que representaria uma ruptura com a ordem social anterior.

¹ Doutora em Educação, Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil. E-mail: ana@cch.ufrr.br

² Estudante de Ciências Sociais da UFRR e Bolsista de Iniciação Científica- PIBIC/ CNPq

³ Estudante de Ciências Sociais da UFRR e Bolsista de Iniciação Científica- PIBIC/ CNPq

Este trabalho se situa na contramão dessa ideologia, na medida em que concebe as transformações que vêm ocorrendo, nos últimos anos, como um processo de reordenamento das bases de regulação social no interior do sistema capitalista.

Dividimos o texto em duas partes: na primeira apontamos elementos da conjuntura política nos dois países; na segunda, a análise dos referidos programas.

Algumas questões devem ser apontadas como diferenciadoras dos processos políticos históricos e contemporâneos nos dois países, para entender as experiências políticas em curso:

1. Em primeiro lugar deve-se destacar a diferença entre a experiência brasileira de emancipação política, resultante de um acordo entre os colonizadores e a elite local, uma espécie de saída pelo alto, que não levou a qualquer mudança significativa com relação às formas de constituição do poder; e o processo de independência venezuelana, conseqüência de intensas lutas, lideradas por Simón Bolívar, cujos objetivos iam além da independência da Venezuela, mas estendiam-se para outras colônias espanholas;
2. Outro elemento importante diz respeito às diferenças nas forças produtivas dos dois países, o Brasil com uma economia mais diversificada, contando, inclusive, com um parque industrial razoavelmente bem estruturado, enquanto a Venezuela ainda tem na exploração do Petróleo o centro de seu desenvolvimento.
3. Os diferentes alinhamentos políticos de Lula e Chávez, o primeiro mais afinado com as orientações dominantes no centro do capitalismo mundial; o segundo com um discurso crítico a essas orientações, buscando uma forma alternativa de desenvolvimento e se referenciando no herói da independência Simón Bolívar.
4. O presidente brasileiro conta com o apoio das elites dominantes do país nos mais diversos setores: financeiro, industrial, rural. Quando muito, podemos observar descontentamentos pontuais a algum projeto específico, que não chega a pesar efetivamente no desenvolvimento das políticas em geral. Da mesma forma, e possivelmente em conseqüência disso, Lula conta com amplo apoio da mídia, em geral, ou pelo menos não existe uma situação de oposição explícita ou mesmo implícita nos órgãos da mídia com relação à política governamental, no máximo críticas pontuais.
5. Ao contrário, Chávez governa com explícita oposição das classes dominantes e da maior parte da mídia venezuelana, além da mídia internacional. Segundo Ali (2008: 86), à época do golpe contra Chávez de 2002 a oposição monopolizava virtualmente a imprensa e 95% das rádios. Segundo Maurice Lemoine, editor sênior do *Le Monde Diplomatique*, em

edição de Agosto de 2002, “Depois que Chávez chegou ao poder, em 1998, os cinco maiores canais privados – Venevisión, Rádio Caracas Televisión (RCTV), Globovisión e CMT – e nove dos dez maiores jornais, incluindo El Universal, El Nacional, Tal Cual, El impulso, El Nuevo País e El Mundo, assumiram o poder dos partidos políticos tradicionais, prejudicados pela vitória eleitoral do presidente. O monopólio da informação lhes assegurava uma posição de força. Davam apoio à oposição, só raramente reproduziam declarações governamentais (...). A “informação” publicada beirava os limites do surreal. (...) O presidente foi insultado, comparado com Idi Amin, Mussolini e Hitler, chamado de fascista, ditador ou tirano, e alvo de uma série de ataques. Em qualquer outro país, haveria processos por calúnia (...).”

Esse o cenário de desenvolvimento dessas políticas, que obviamente refletem as tensões e contradições próprias do contexto em que estão inseridas.

No Brasil as políticas educacionais têm seguido rigorosamente a cartilha definida pelo Banco Mundial, isto é, estão marcadas pelo enfoque mercantilista, cujo núcleo central é a idéia de descentralização, através de mecanismos aparentemente neutros de autonomia escolar e mobilização social, além do forte incentivo ao setor privado.

Com referência ao ensino superior as *orientações-chave* são: Estimular diferenciação entre as instituições, inclusive o desenvolvimento de instituições privadas; incentivar as instituições públicas a diversificarem fontes de financiamento; e redefinir a função do governo no ensino superior. A “autonomia” das instituições de ensino superior, portanto, é vista como condição *sine qua non* para melhorar sua “qualidade” e “eficiência”, e baseia-se nos seguintes critérios: autonomia administrativa (atribuições para fixar direitos de matrícula, contratar e demitir pessoal, utilizar alocação de recursos); diversificação das formas de financiamento (ou seja, mercantilar o ensino); e responsabilidade pelos resultados/desempenho (isto é, gestão empresarial visando à produtividade ou lucratividade).

Assim como cada empresa é responsável por seus “índices de produtividade” e só se mantém em atividade quando dispõe de condições de competitividade com relação às outras empresas, a proposta do Banco para a educação obedece aos mesmos critérios, ou seja, na medida em que cada instituição é autônoma e responsável por seu desempenho, a sua competitividade no mercado escolar definirá a sua sobrevivência. Inclusive porque o financiamento da educação, nessa proposta, deve pautar-se pelos resultados que cada instituição apresentar, mediante avaliações de desempenho, tarefa que fica centrada nos níveis superiores de governo.

A sintonia entre a proposta de reforma educacional brasileira e as orientações apresentadas pelo Banco Mundial para o setor é evidente. Com efeito, a reforma educacional brasileira pautou-se fortemente numa descentralização, eufemismo utilizado para ampliar de forma sigilosa a educação de mercado, e o processo de expansão da educação superior no Brasil tem seguido de forma rigorosa essas orientações, desde a década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo continuidade no governo de Lula da Silva.

O primeiro fez ampla reforma na legislação no sentido de dar conta das propostas dos organismos internacionais; no governo Lula os principais programas de expansão do ensino superior trazem essas diretrizes: Programa Universidade Para Todos (Prouni), Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O Prouni tem como objetivo garantir bolsa de estudos, no setor privado, para estudantes carentes. Esse projeto surgiu num momento de forte estrangulamento do setor privado, em função da grande concorrência no setor e dos grandes percentuais de desistência e inadimplência, na ordem de 30% cada. Sem entrar no mérito da qualidade de ensino, cujas pesquisas, aliadas aos resultados das avaliações oficiais, mostram ser de extrema precariedade, tal projeto significa o repasse direto de verbas públicas para o setor privado, embora o discurso governamental caminhe no sentido de apontá-lo como responsável pela inclusão social de pessoas carentes ao ensino superior.

Embora seja verdade que grande parte dos estudantes do setor privado seja composta por estudantes trabalhadores, e esse é um dos motivos dos altos níveis de inadimplência e desistência, tal projeto está longe de significar efetiva inclusão social. Em primeiro lugar porque a exclusão educacional real está situada, em geral, antes mesmo da conclusão do ensino médio; em segundo lugar porque a maior parte das instituições privadas que recebem esses alunos o fazem em cursos de baixa qualidade educacional, com infra-estrutura precária, muitas vezes em cursos noturnos, significando para esses alunos uma jornada a mais, após um dia extenso de trabalho; e finalmente, porque a promessa de um futuro brilhante após tamanho esforço para concluir um curso superior tem se mostrado falsa, em função de um mercado de trabalho restrito e sujeito às oscilações do sistema capitalista.

O Programa UAB tem como objetivo garantir educação superior através de cursos à distância, sob o argumento de que, com as novas tecnologias, regiões de difícil acesso poderiam ser contempladas com educação superior, além de possibilitar maior aumento no número de vagas, garantindo, assim como o programa anterior, a tão propalada “inclusão social”. Tem crescido de forma assustadora o número de cursos à distância no âmbito das universidades, inclusive públicas, e ainda é preciso um tempo para avaliar de forma mais criteriosa os resultados desse programa na

formação dos estudantes nessa modalidade. É notório, entretanto, o grande interesse do governo na ampliação da oferta desses cursos, que conta, inclusive, com o apoio efetivo da mídia, que tem pintado um quadro bastante favorável com relação aos cursos em desenvolvimento.

O Reuni é específico para as universidades federais, e visa ampliar as vagas nesses estabelecimentos. O programa está bem dentro das orientações do Banco Mundial, uma vez que, dada a situação catastrófica das universidades federais, com a adoção das políticas neoliberais - redução de verbas, precarização das condições de trabalho, política de contratação massiva de professores substitutos, etc. - ampliar vagas com qualidade requer uma completa reestruturação dessas instituições, em termos administrativos, pedagógicos e financeiros, o que não está sendo feito. Tal programa significa, na prática, a demonstração clara da opção oficial pelo ensino de mercado, uma vez que existe plena coerência entre a deteriorização e desvalorização do público, de um lado, e a promoção e valorização do ensino como negócio privado, de outro.

Esses são os principais programas que estão sendo desenvolvidos pelo governo brasileiro para expandir o ensino superior. Tais programas obedecem à lógica iniciada na segunda metade da década de 1990, quando foi iniciada a reforma do Estado, tendo como um dos elementos centrais a reforma na legislação, para responder aos requisitos das agências reguladoras internacionais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

Na Venezuela, uma série de mudanças políticas e estruturais vem redefinindo a face do Estado, de tal forma que o estudo das políticas sociais voltadas para a educação apresentam conotação que difere, sob muitos aspectos, das políticas educacionais brasileiras.

Com efeito, o processo político desencadeado a partir da ascensão de Hugo Chávez ao poder, em 1998, propiciou um reordenamento jurídico-político que reconfigurou o Estado venezuelano, com fortes implicações políticas, econômicas e sociais. Nesse contexto, o governo Chávez tem criticado publicamente as políticas neoliberais e hegemonia norte-americana. Não temos condições de analisar, aqui, se existe coerência entre o discurso do presidente e as políticas gerais implementadas no país. Cabe-nos, por enquanto, fazer uma avaliação inicial das políticas educacionais, através da análise das Missões Educativas, dando ênfase à Missão Sucre, destinada a ampliar vagas no ensino superior.

No campo educacional vem se instituindo um sistema experimental de educação associado às Missões Educativas, programas experimentais e temporários, cujo objetivo é garantir a inclusão de pessoas historicamente excluídas dos diversos níveis de escolaridade. Em 2007 o Ministério da Educação da Venezuela propôs uma reforma educativa que previa a criação de um currículo

“Bolivariano”: um currículo “libertador e humanista” contrapondo ao modelo atual, que seria “eurocêntrico e norte-americanista”. Entre as ações propostas estava o estudo de personagens importantes na história da Venezuela, como Simon Bolívar e Simon Rodriguez, e da América Latina, como Paulo Freire, do Brasil. Frente às polêmicas geradas em torno dessas mudanças, Chávez propôs um amplo debate em 2008, e a definição em 2009, por meio de referendo popular.

As Missões Educativas estão associadas aos diversos níveis de ensino: a Missão Robinson, nas versões I e II, é destinada a garantir alfabetização e educação primária, respectivamente; a Missão Ribas tem por objetivo garantir educação de nível médio, e a Missão Sucre, educação superior.

A Missão Robinson I foi iniciada em 2003 e em um ano e meio garantiu que a Venezuela fosse declarada “Território livre de analfabetismo” pela UNESCO. A Missão constituiu-se com a assessoria de 70 pedagogos cubanos e a participação voluntária de 100 mil alfabetizadores comunitários. Até 2005 1,5 milhões de pessoas foram alfabetizadas e, como parte do material didático, receberam uma biblioteca familiar, com 22 volumes de narrativas de autores venezuelanos, latino-americanos e clássicos, como Cervantes, Shakespeare e Balzac. A Missão Robinson II foi iniciada em outubro de 2003 com intuito de garantir estudos básicos ou primários aos que não tiveram acesso no sistema regular. Até meados de 2006 o programa contava com 1,5 milhão de matrículas, metade deles oriundos da Missão Robinson I.

A Missão Ribas foi iniciada também em 2003 e ao final de 2005 formou 168 mil alunos, que em grande parte se incorporou á Missão Sucre. Em meados de 2006 contava com 700 mil matrículas. A Missão apresenta objetivos que apontam para uma concepção de educação em que valores como democracia, solidariedade e justiça social são elementos essenciais na formação dos sujeitos. Assim, a Missão pretende formar um sujeito capaz de “valorizar a si mesmo e a sua comunidade para viver na democracia de forma protagônica e co-responsável nos marcos do ideário Bolivariano. Com uma visão holística e em harmonia com o ambiente para a construção de uma sociedade de boa convivência, solidária, de justiça e por fim de paz” (VENEZUELA, 2003).

Isso fica claro, ainda, na vinculação entre educação e trabalho da Missão, através da orientação para o desenvolvimento de projetos que impulsionem a economia solidária, aliando conhecimentos técnicos, teóricos e práticos para o desenvolvimento de atividades produtivas que satisfaçam as necessidades humanas e o desenvolvimento comunitário.

Outro elemento importante para entender a concepção de educação é o sistema de avaliação, que inclui auto-avaliação, co-avaliação e hetero-avaliação, realizadas em assembléias específicas para esse fim.

A Missão Sucre fecha o ciclo de formação, garantindo educação superior para aqueles que não tiveram acesso no ensino tradicional. Foi criada em 2004, junto com a Universidade Bolivariana da Venezuela, instituição responsável pela titulação dos formandos. A Missão está presente em todos os municípios do país, sob a responsabilidade de uma coordenação nacional centralizada nos aspectos de financiamento e das orientações pedagógicas.

A Missão Sucre traz evidente em seu currículo a articulação entre educação e trabalho, por meio da estratégia pedagógica do programa: o aprender fazendo, e se concretiza com projetos de intervenção e aprendizagem na escola e na comunidade. Para as atividades pedagógicas a missão conta, então, com a presença do professor em todas as disciplinas e do professor-tutor, que orienta os alunos na elaboração dos projetos. A idéia é incentivar projetos que possam contribuir, ao mesmo tempo, para a aprendizagem e para o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades.

Em outubro de 2008 foram graduados 5.949 estudantes da Missão Sucre, em diversas áreas, como Administração, informática, comunicação Social e Produção Agroalimentar, entre outras. O Ministério da Educação se empenha para conseguir trabalho para todos. O Programa conta com 571.917 alunos. Até março de 2009 foram formados 15.893 licenciados em educação, através do Programa Nacional de Formação de Educadores e Educadora – PNFED.

Uma análise preliminar desses programas deixa clara a diferença de perspectiva política e ideológica que permeia a elaboração de políticas públicas nos dois países. Há uma profunda articulação entre os programas desenvolvidos no Brasil, a reforma na legislação feita na década de 1990 e a adesão do governo brasileiro ao projeto neoliberal. Da mesma forma, há coerência entre os programas desenvolvidos na Venezuela e o ordenamento jurídico que lhe dá sustentação, cuja elaboração se deu com a vitória de Hugo Chávez para a presidência da República e a adoção do que ele denominou “Programa Bolivariano”. É preciso destacar, entretanto, que o fato de tais programas serem recentes e estarem em andamento, em ambos os países, compromete a análise dos reais impactos dessas políticas. Da mesma forma, há que se ter clareza da diferença entre as proposições descritas em documentos oficiais e legislação e a execução dos programas.

É preciso esclarecer, ainda, que as informações e análises aqui apresentadas têm como base de sustentação o estudo dos documentos que dão sustentação política e jurídica a tais programas. Assim, existe, necessariamente, um vácuo entre as análises aqui empreendidas e a realidade em que

se verifica a execução dos mesmos. Essa distância é maior ainda em se tratando da Venezuela, uma vez que, por se tratar de outro país, com outra língua, a distância que nos separa da realidade apresenta-se com maior intensidade.

Bibliografía

- ALI, Tariq. Piratas do Caribe. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- BORON, Atilio A. Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. MEC. Programa Universidade para todos. Brasília, 2005.
- BRASIL. MEC. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Brasília, 2007.
- BRASIL. MEC. Universidade Aberta do Brasil. Brasília, 2006.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: Para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo, Ed. 34, 1996.
- CORREA, Luz María Martínez de. TUDARES, Maxula Sánchez e VILLALOBOS, Delisbeth. La representación social de la Misión Sucre en el marco del plan de equilibrio social 2001-2007. Educere v.11 n.38 Meridad , 2007.
- DE TOMMASI, L., WARDE, M. J. & HADDAD, S. (Organizadores). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo, Cortez, 1998.
- NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães e RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. A Reconfiguração do Estado Venezuelano inscrito na Constituição de 1999 e o processo de universalização da educação escolar: as Missões Robinson, Ribas e Sucre. (mimeografado). 2008. Disponível em: www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt5/sessao1/Francis_Nogueira.pdf.
- VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Gaceta Oficial extraordinário no 5.453, 24 de mar. 2000.
- VENEZUELA. Ministério de Educación Superior. Fundamentos Conceptuales de La Misión Sucre. Caracas, 2006.
- VENEZUELA. Ministério da Comunicação e Informação. A Educação bolivariana. Caracas, 2005. Coleção Temas de Hoje. Disponível em: www.mci.gov.ve.
- VENEZUELA. Ministério de Comunicación e Información. Las Misiones Bolivarianas. Caracas, 2006. (Colección Temas de Hoy).

- VENEZUELA. Misión Ribas: política educativa de la Misión José Félix Ribas. Caracas: 2003.